

## **PORTUGAL NO PERÍODO 1974-1978: A INFLUÊNCIA CUBANA E A AMÉRICA LATINA COMO NOVA ORIENTAÇÃO NA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA<sup>1</sup>**

*PORTUGAL EN EL PERÍODO 1974-1978: LA INFLUENCIA CUBANA Y AMÉRICA LATINA COMO NUEVA ORIENTACIÓN EN LA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA*

*PORTUGAL IN THE PERIOD 1974-1978: THE CUBAN INFLUENCE AND LATIN AMERICA AS A NEW ORIENTATION IN PORTUGUESE FOREIGN POLICY*

**Nancy Ferreira Gomes<sup>2</sup>**  
**Universidade Autónoma de Lisboa “Luís de Camões”**

**Isabel Costa Leite<sup>3</sup>**  
**Universidade Fernando Pessoa, Porto**

### **RESUMO**

Na base da mudança do regime português, de ditadura para um governo democrático, decorrente da revolução militar de 25 de Abril de 1974, encontraram-se, entre outros, os ideais e princípios que enaltecera a revolução cubana no mundo. Durante o período revolucionário até ao dia 25 de Novembro de 1975, a própria política externa portuguesa dirigiu-se aos países que partilhavam os mesmos ideais políticos o que viria a ser alterado no período seguinte, caracterizado já pela realização de eleições livres e adopção de uma constituição democrática em Abril de 1976. O Partido Socialista, em colaboração com a Internacional Socialista, dirigiu a transição para um modelo de democracia pluralista que terminou com as pretensões hegemónicas do Partido Comunista Português. Mais tarde, em Março de 1978, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, chefiou a primeira delegação da Internacional a ser enviada à América Latina.

Com o presente artigo, pretendemos, a partir de uma perspectiva histórica baseada num estudo bibliográfico e documental, analisar a) o período em que diferentes posições ideológicas se reflectiram na transição política portuguesa, incidindo numa primeira fase, sobre a influência de Cuba; b) demonstrar as causas do envolvimento do PS na estratégia seguida pela Internacional Socialista na América Latina na década de 1970, e as consequências directas do processo na definição das prioridades da política externa portuguesa para a região.

**PALAVRAS-CHAVE:** Portugal, Cuba, ideologias, Partido Socialista, democracia.

<sup>1</sup> Artículo recibido el 1 de junio de 2017 y aprobado el 15 de septiembre de 2017

<sup>2</sup> Universidade Autónoma de Lisboa “Luís de Camões”.

<sup>3</sup> Universidade Fernando Pessoa, Porto.

## RESUMEN

En la base del proceso de transición del régimen portugués, de dictadura para un gobierno democrático, que resultó de la revolución militar del 25 de abril de 1974 se encuentran, entre otros, los ideales y principios que enaltecieron a la revolución cubana en el mundo. Durante el período revolucionario hasta el 25 de noviembre de 1975, la política externa portuguesa estaría, incluso, dirigida a los países que compartían esos mismos ideales políticos, situación que vendrá a ser alterada en el periodo siguiente, caracterizado por la realización de elecciones libres y la adopción de una constitución democrática en abril de 1976. El Partido Socialista, en colaboración con la Internacional Socialista, dirigió la transición para un modelo de democracia pluralista que terminó con las pretensiones hegemónicas del Partido Comunista Portugués. Más tarde, en marzo de 1978, el entonces Ministro de los Negocios Extranjeros, Mário Soares, encabezaría la primera delegación de la Internacional enviada a América Latina.

Con este artículo, pretendemos, a partir de una perspectiva histórica teniendo como base un estudio bibliográfico y documental, analizar: a) el período en que diferentes posiciones ideológicas se reflejaron en la transición política portuguesa, incidiendo en una primera fase, sobre la influencia de Cuba; b) demostrar las causas del involucramiento del PS en la estrategia seguida por la Internacional Socialista en América Latina en la década de 1970, y las consecuencias directas del proceso en la definición de las prioridades de la política externa portuguesa para la región.

**PALABRAS CLAVE:** Portugal, Cuba, ideologías, Partido Socialista, democracia.

## ABSTRACT

On the basis of the change of the Portuguese regime arising from the military revolution of April 25, 1974, we can find among others, the ideals and principles of the Cuban revolution. During the revolutionary period until November 25, 1975, the Portuguese foreign policy was addressed to the countries sharing the same political ideals. It changed in the next period already characterized by free elections and adoption of a democratic constitution in April 1976. The Socialist Party (PS) in collaboration with the Socialist International – among other external agents – headed a 'moderate' transition to a pluralist democracy model that ended the hegemonic pretensions of the Portuguese Communist Party. Later, in March 1978, the former Minister of Foreign Affairs, Mário Soares, headed the first International delegation sent to Latin America.

With this paper, from a historical perspective based on a bibliographical and documentary study, we intend to analyze a) the period in which different ideological positions were reflected in the Portuguese political transition, focusing on the influence of Cuba at the beginning; b) demonstrate the involvement of the PS into the strategy followed by the Socialist International in Latin America in the 1970s, and the direct consequences of the process in defining the priorities of Portuguese foreign policy in the region.

**KEY-WORDS:** Portugal, Cuba, ideologies, Socialist Party, democracy.

**SUMARIO: Introdução. 1. Salazar e a teoria da “feição atlântica” em tempos de ditadura: a relação com o Brasil e a presença diplomática portuguesa na Ibero-américa. 2. O papel de Cuba nos processos que conduziram às independências das colônias portuguesas em África. 3. A “Revolução dos Cravos”: a América Latina e as novas prioridades da política externa de Portugal. 4. A expansão da Internacional Socialista na América Latina. 5. A figura internacional de Mário Soares. 6. “A Declaração de Lisboa a Favor da Democracia na América Latina”. Considerações finais. Bibliografía**

\* \* \*

## **Introdução**

Não obstante as ideias a favor da criação de uma “Federação Ibérica” com a ambição inclusive de coligar todos os países que falam Português e Castelhana (Rodrigues e Devezas, 2009: 420, 421) difundidas por autores iberistas tais como Latino Coelho, Antero de Quental, Pinheiro Chagas, Oliveira Martins e António Sardinha, durante a Primeira República (1910-1926), os contactos diplomáticos de Portugal com os países ibero-americanos estavam vocacionados mais para a resolução de questões administrativas do que propriamente para a promoção de interesses estratégicos. Em 1911, uma Legação foi criada em Buenos Aires (com jurisdição sobre o Chile, Uruguai e Paraguai). Entre 1913 e 1919, Portugal manteve uma Legação no Panamá (com jurisdição sobre a Costa Rica, Colômbia e Venezuela) e, em 1914, a Legação de Portugal no Rio de Janeiro foi elevada à categoria de Embaixada (Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d).

Após a Revolução de 28 de Maio de 1926, que pôs fim ao primeiro exercício republicano em Portugal, estabeleceram-se e ou renovaram-se os contactos diplomáticos com países como o Chile e a Venezuela (com jurisdição sobre a Colômbia, Panamá, Costa Rica e Guatemala), onde foram criadas Legações, entre 1926 e 1929. Nos anos seguintes, foram criadas novas Legações no Uruguai (1930), e no Chile (1931) (Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d).

A partir de 1932, e por mais de quarenta anos, Portugal viveu num regime autoritário (Estado Novo), conduzido por António de Oliveira Salazar e continuado por Marcelo Caetano, que isolou o país política e economicamente, mantendo, no entanto, as suas colônias em África. Neste sentido, a consolidação e reforço da “aliança lusobritânica” será a pedra angular da defesa da política colonial, e a teoria da “feição atlântica” justificará a gestão do relacionamento transatlântico, onde a base aérea das Lajes, nas ilhas dos Açores, constituía um importante ativo (Rodrigues e Devezas, 2009:493). A vocação atlântica da política externa de Salazar pressupunha, contudo, um menor envolvimento de Portugal nas questões e problemas no quadro do continente europeu. Neste contexto, durante muito tempo, a relação entre Portugal e as Américas limitou-se quase exclusivamente, a norte com os EUA, e a sul com o Brasil.

## **1. Salazar e a teoria da “feição atlântica” em tempos de ditadura: a relação com o Brasil e a presença diplomática portuguesa na Ibero-américa**

A antiga rivalidade entre portugueses e espanhóis perdurou nos anos de ditadura e projectou-se, inclusive, na Ibero-América. Portugal precisou de reforçar a sua

identidade lusófona, diferente da hispânica, perante a agressiva política de hispanidade franquista. Nesse sentido, apesar de não constituir prioridade da sua política externa, tornou-se imperativo o reforço das relações com o Brasil (Valladão, 1999).

Com efeito, a relação entre portugueses e brasileiros ganhou um certo dinamismo durante o período de governo do brasileiro Juscelino Kubitschek (1956-1961), chegando-se inclusive a falar de um verdadeiro auge dos contactos entre personalidades públicas e instituições governamentais e não-governamentais dos dois países, e da influência da colónia dos imigrantes portugueses no Brasil. Para além dos factores culturais e históricos – que transcendem inclusive o próprio contexto da guerra-fria, Williams Gonçalves observa ainda, do lado brasileiro, um certo realismo à hora de definir a estratégia brasileira. “O Brasil (...) procurou utilizar sua vinculação à aliança ocidental como instrumento para promover acelerado desenvolvimento industrial e evitar qualquer alteração do statu quo nas margens do Atlântico Sul que pudesse favorecer os interesses estratégicos soviéticos” (Gonçalves, 2003:242).

Todos estes elementos, considerados na relação entre Portugal e o Brasil desde os seus primórdios, ajudam-nos a entender o porquê da lealdade do Brasil com a nação lusitana durante os dez anos em que o governo ditatorial português teve recusada a sua admissão na ONU. A relação de proximidade entre Portugal e o Brasil foi ainda reforçada com o Tratado de Amizade e Consulta, promulgado no Brasil em 1955. A existência de uma verdadeira “Comunidade Luso Brasileira”, como referia o texto, condicionara naturalmente a política do Brasil em relação ao tema da descolonização, como se verificou cinco anos depois, em 1960, quando manteve uma posição contrária à independência da Argélia (Costa, 2009:371).

A partir de 1961, com Jânio Quadros na presidência, o Brasil mudou de estratégia e passou a desenvolver aquela que foi clamada de “política externa independente” que defendia a ampliação da autonomia do Brasil no plano internacional. Esta nova orientação sugeria que o Brasil agisse com isenção ideológica, buscando a luta contra o subdesenvolvimento, a cooperação com as outras nações americanas, os pontos em comum com os países africanos, e o apoio à ONU. Em 1975, o Brasil tornou-se o primeiro país a reconhecer oficialmente a independência de Angola.

Não obstante a exclusividade do seu relacionamento com os EUA e o Brasil, o governo português manteve, e nalguns casos reforçou, a sua presença diplomática em vários pontos no continente americano. No México, o Decreto-Lei 17.846, de 7 Janeiro 1930, publicitou o restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e este país, interrompidas há anos. Em Novembro de 1942, o Consulado português no México passou para Legação, e criou-se uma Legação em Lima. Em 1944 e 1946, novas Legações foram criadas em Caracas e Havana, respetivamente. Nas décadas seguintes de 1950 e 1960, várias Legações portuguesas na Ibero América foram elevadas à categoria de Embaixadas, na Argentina, Chile, Cuba, México, Venezuela, Uruguai, Colômbia e Peru (Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d).

No caso da Venezuela, justificara-se sobretudo pelo número de portugueses que tinham emigrado para a “pequena Veneza” à procura de melhores condições de vida. Com efeito, entre 1960 e 1970, a emigração portuguesa, especialmente a que partia do Arquipélago da Madeira (Ilhas da Madeira e do Porto Santo) e de algumas zonas do norte de Portugal continental (Aveiro, Porto), privilegiara na América do Sul, para além do Brasil, a Venezuela. As políticas de imigração seguidas desde 1936 naquele país facilitaram a entrada de trabalhadores provenientes especialmente da Europa, com o fim

de responder à procura nos sectores da agricultura e da construção, com mão-de-obra especializada e com experiência nestas áreas. Segundo dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística, entre 1940 e 1969, viviam na Venezuela cerca de 21.731 portugueses (Gomes, 2009).

Razões económicas, mas também de natureza política devem ser consideradas na análise do fluxo migratório de portugueses para este país. A dimensão internacional da luta contra o regime da ditadura salazarista foi efectivamente reforçada pela «guerra das embaixadas» logo a seguir às eleições de 1958, quando Humberto Delgado pediu asilo na embaixada do Brasil, assim como Henrique Galvão na embaixada da Argentina, e vários outros elementos da oposição democrática portuguesa, na embaixada da Venezuela. Influenciados pelo embaixador brasileiro Álvaro Lins, muito chegado aos meios da oposição a Salazar, os diplomatas de países com processos de democratização recentes, como o caso da Venezuela – cujo período democrático se iniciou em 1958 após a ditadura militar de Marcos Pérez Jimenez –, enfrentaram o governo de Lisboa, que se recusou a reconhecer o asilo concedido e a garantir a evacuação em segurança dos refugiados.

Mas o golpe decisivo seria dado pelo célebre «caso do Santa Maria». A 22 de Janeiro de 1960, o capitão Galvão, à frente de um comando de vinte e três homens, doze portugueses e onze espanhóis, apoderou-se em pleno mar das Caraíbas, frente às costas venezuelanas, do mais importante navio transatlântico pertencente à Companhia Colonial Portuguesa, o "Santa Maria" (Rosas in Mattoso, 1994:532). A apreensão do navio foi considerada um dos mais expressivos ataques políticos, organizado pelo Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação/DRIL (Pepe Velo, Henrique Galvão e outros), sendo a Caracas de então o local de abrigo de muitos exilados políticos oriundos da Espanha e Portugal, durante os períodos das respectivas ditaduras.

## **2. O papel de Cuba nos processos que conduziram às independências das colónias portuguesas em África**

Nos finais dos anos de 1970, em Portugal, a esquerda experimentou uma forte radicalização com a excepção do Partido Socialista (PS), consciente como estava, de que a sua sobrevivência dependia mais de ‘ser’ e ‘parecer’ o defensor da moderação política.

(...) la dependencia evidente del PCP respecto de Moscú convertía la Península en un escenario más del enfrentamiento este/oeste (...) Todavía más, puesto que Portugal, además de ser una pieza europea y mediterránea del tablero geoestratégico mundial, también era una pieza africana del mismo. La Revolución de los claveles no fue un golpe de Estado destinado a cambiar el régimen político vigente en Portugal metropolitano, sino que fue, ante todo, una apuesta por la descolonización de las colonias africanas y una invitación indirecta a la Unión Soviética para que extendiera su influencia por los nuevos países de reciente independencia si el proceso seguía bajo la primacía política del Partido Comunista y de los militares revolucionarios (Jiménez, 2009: 144).

Os EUA e a Internacional Socialista intervieram no processo revolucionário português apoiando claramente o PS e orientando-o no sentido da moderação necessária. Por outro lado, a OTAN marcava os limites geoestratégicos e os objectivos à escolha da alternativa de inserção internacional de Portugal. Como consequência, as pretensões hegemónicas do PCP nesta parte da península ibérica foram eliminadas.

O mesmo não ocorreu em África, onde a presença expansiva da antiga URSS incidiu plenamente no andamento da transição lusa (Jiménez, 2009:147). Com efeito, a ex-URSS jogou com êxito a carta de apoio aos movimentos de libertação nacional em Ásia e África, o que lhe garantiu um visível predomínio nessas zonas, muito especialmente em Angola, onde contou com a colaboração de perto de 20.000 mercenários cubanos (Fafe, 2008:77, 148). Segundo o embaixador Fafe, hoje sabe-se que os cubanos não foram apenas os executores dos conceitos geopolíticos e militares da URSS para Angola, pois a decisão e o comando estratégico pertenceram a Cuba. Piero Gleijeses (2004:19) alarga o número de cubanos para 30.000.<sup>4</sup>

(...) En Angola, tres movimientos de liberación luchaban por el poder y el país cayó en la guerra civil. Mientras los dirigentes de Estados Unidos y los funcionarios de la CIA planeaban una operación encubierta importante en la primavera de 1975 que se desarrollaría allí, intentaban predecir qué otra potencia extranjera – africana, europea, china o soviética – pudiera llevar a cabo algo parecido. Cuba no se mencionó. (...) El secretario de estado H. Kissinger escribió en sus memorias: «La intervención de las fuerzas de combate cubanas fue una sorpresa total» (Entrevista a Mulcahy, cit in Gleijeses, 2004:18).

A presença de Cuba em África remonta a princípios dos anos de 1960. Efectivamente, durante os primeiros quinze anos da Revolução Cubana – tendo sido Cuba expulsa do “sistema interamericano” após a crise dos mísseis de 1962 –, a projeção (ajuda) exterior de Havana, ainda que modesta, fora dirigida quase exclusivamente a África e ao Vietname do Norte. Em África, alguns moçambicanos, zimbabwenses, eritreus, sul-africanos, namibianos e cabo-verdianos recebiam treino militar em Cuba. No Congo, a coluna cubana armou e treinou centenas de rebeldes angolanos, ainda na década de 1960. Cuba chegou inclusive a ajudar material e tecnicamente a Frelimo enviando material de guerra e treinando alguns quadros militares (Gleijeses, 2004:142). Mas a única presença militar cubana verdadeiramente importante estivera na Guiné Bissau.

Fue el viaje de tres meses del Che Guevara a África, en diciembre de 1964, el que forjó el vínculo entre el PAIGC y la Habana. El periódico de Bissau *Nõ Pintcha* informa: «Mientras estuvo en Conakry, el Che Guevara pidió conocer a nuestros líderes e incluso demoró su partida de Guinea para ver a nuestro secretario general». El 12 de enero de 1965, se reunió con Amílcar Cabral. A mediados de mayo, *el Uvero*<sup>5</sup> llevó alimentos, armas y medicinas al PAIGC en Conakry, cumpliendo la promesa del Che a Amílcar Cabral (Gleijeses, 2004:293).

Gleijeses relata-nos como, em 1966, instrutores militares e médicos cubanos se uniram aos rebeldes na Guiné Bissau, permanecendo ali até finais da guerra, em 1974. Esta fora a intervenção cubana mais longa em África até ao envio de efectivos para Angola, em Novembro de 1975, e também aquela que obtivera os melhores resultados. O reconhecimento, por parte da Assembleia Geral da ONU, do PAIGC como único representante legítimo do povo de Guiné-Bissau e Cabo Verde, viria a provar isso mesmo. A Resolução 2918 (XXVII) que data de dia 14 de Novembro 1972, foi aprovada por noventa e oito votos a favor, seis contra e oito abstenções. Os votos negativos foram de Portugal, EUA, Inglaterra, Espanha, África do Sul e o Brasil. (Gleijeses, 2004: 328). Nesse mesmo ano, Portugal cortou relações diplomáticas com Cuba.

<sup>4</sup> Entre 1961 e 1974, menos de 2.000 cubanos tinham ido a África. Entre Outubro de 1975 e Abril de 1976, 30.000 entraram em Angola.

<sup>5</sup> O maior barco da marinha mercante cubana.

En mayo de 1973, los rebeldes – que ya eran cerca de 8.000, y controlaban casi las dos terceras partes del país y la mitad de la población – lanzaron en el Sur la Operación Amílcar Cabral. En esta participaron 41 cubanos responsables de la artillería, incluidos los misiles (...). El 24 de septiembre de 1973, la Asamblea Nacional Popular proclamó el Estado independiente de Guinea Bissau (Gleijeses, 2004: 329-330).

### **3. A “Revolução dos Cravos”: a América Latina e as novas prioridades da política externa de Portugal**

O Estado Novo colapsou, por fim, com o golpe militar, em 25 de Abril de 1974, levando a um período de grande instabilidade política que só terminaria em Novembro de 1975 (Pinto, 1999:29-48). Em termos económicos, Portugal viu-se igualmente confrontado por adversidades internas, nomeadamente, o impacto da crise do petróleo (aumento da inflação e diminuição da procura externa o que implicou o aumento do défice comercial) e do processo de descolonização (aumento do desemprego devido à quebra na emigração e regresso dos portugueses vindos de África); forte instabilidade política e pressão comunista; crise empresarial decorrente das políticas de nacionalização e as políticas de proteção social (educação, saúde e segurança social) aumentaram a intervenção do Estado (Lopes, 1999). Mais tarde, em 1977 e 1983, foi obrigado a recorrer ao apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Segundo Fontes (s/d), depois de 25 de Abril de 1974, aterravam em Havana, com frequência, delegações do Ministério das Forças Armadas portuguesas. Havia uma grande curiosidade por Cuba.

Entre 1974 e 1977, muitos foram os militares portugueses que se encontraram em Cuba com Fidel Castro, para afinarem as estratégias a seguir em Angola e em Portugal. Otelo Saraiva de Carvalho (chefe do COPCON), entre 21 e 30 de Julho de 1975, teve honras oficiais, sendo um dos oradores das comemorações oficiais do 26 de Julho, data que assinala o assalto ao Quartel Moncada e o início da revolta contra a ditadura de Fulgêncio Baptista. Rosa Coutinho (que fora alto comissário português em Angola), em meados de Agosto de 1975, encontrou-se em Havana com Fidel. Em 1977, foi a vez do General Costa Gomes (ex-Presidente da República) se encontrar com o ditador cubano. Assinale-se o facto de em Maio de 2001, Cuba ter condecorado Vasco Gonçalves (antigo primeiro-ministro) com a Ordem "Playa Girón", pelo apoio que lhe deu em 1974/1975 (Fontes, s/d).

De igual modo, o governo e o partido cubano manifestaram grande interesse pela Revolução Portuguesa. Em Novembro desse mesmo ano, foram reestabelecidas as relações diplomáticas entre os dois países.

À recepção na Embaixada por ocasião do dia nacional (25 de Abril), chegaram do governo cubano, Fidel Castro, Raúl Castro, Rafael Rodriguez, Raúl Roa Garcia, José Fernández... raríssima, se não única, a comparência de tantos dirigentes cubanos numa recepção diplomática (Fafe, 2008:23).

Mas a evolução política em Portugal, de transição para uma “democracia moderna” acompanhada por um enérgico desenvolvimento urbano e pelo crescimento da classe média reduziu consideravelmente o interesse e o entusiasmo de ambos os lados.

Em Novembro de 1975, Portugal não foi convidado para o Congresso do Partido cubano. Foram-no só os representantes dos «países amigos». Portugal já fora um país mimado

pelas autoridades cubanas, mas agora não entrava sequer na categoria dos «países amigos» (...) (Fafe, 2008: 97).

Para dificultar ainda mais o relacionamento entre as partes, em 22 de Abril de 1976, uma bomba na embaixada de Cuba em Lisboa provocaria a morte de dois funcionários diplomáticos cubanos, funcionários do Ministério do Interior de Cuba.

Em 6 de Junho de 1976, no 25.º aniversário do Ministério do Interior, Fidel discursou. Um dos temas foi o atentado de Cuba em Lisboa. Aí acusou o governo português de não ser completamente alheio ao acto terrorista. Embora não tivesse participado nele, contribuiu «com as suas contradições e debilidades, para que tivesse sido possível (Fafe, 2008:163).

O primeiro alargamento das Comunidades Europeias (Reino Unido, Irlanda e Dinamarca), em 1973, contribuiu igualmente para uma maior aproximação ao processo de democratização em Portugal e afastar, assim, qualquer possível intervenção dos EUA e da URSS na península ibérica. A alternativa radical à ditadura salazarista que representava o PCP alertou a Europa democrática e os EUA. Animado pela insistência alemã, o governo norte-americano decidiu estabelecer contactos e apoios para influenciar o processo revolucionário no sentido de moderação. Primeiro, através do general Spínola e, mais tarde, através do PS e de Mário Soares em particular; e da colaboração com a Internacional Socialista, especialmente com o Partido Social Democrata alemão, para conseguir dirigir a transição para um modelo de democracia pluralista que terminou com as pretensões hegemónicas do PCP, a única opção possível, segundo eles, para que Portugal não caísse sob a órbita da URSS.

Em 2 de Abril de 1976, foi aprovada a Constituição democrática que serve, hoje, de base ao funcionamento do sistema político português, de instituição do Estado social e do Estado de Direito democrático, pois o novo texto constitucional contemplou um vasto conjunto de direitos, liberdades e garantias fundamentais (Andrade, 1987).

#### **4. A expansão da Internacional Socialista na América Latina**

No Congresso de Novembro de 1976, na Suíça, Willy Brandt (prémio Nobel da Paz, 1971) foi eleito presidente da Internacional Socialista. Desde o primeiro momento, Brandt exigiu e assumiu o compromisso de expandir a actuação da organização para fora do seu tradicional habitat no norte da Europa (Cavalcanti, 1979).

A esta vontade de expansão da internacional política juntara-se uma conjuntura internacional de ‘distensão’ entre as superpotências, francamente favorável para a Europa. Por outro lado, a descolonização dos países afro-asiáticos, a ascensão e fortalecimento do Movimento dos Países Não Alinhados e de outras organizações como o Grupo dos 77 e a OPEP – numa conjuntura de grave crise energética – punha em evidência a necessidade do diálogo entre o Norte e o Sul. Nesse sentido, a escolha de Willy Brandt para chefiar a Comissão Independente sobre os Problemas do Desenvolvimento Internacional ou “Comissão Norte-Sul”, em 1977, reveste-se de grande simbolismo. A Internacional Socialista expandiu-se primeiramente na península ibérica, como resultado das mudanças de regime em Portugal e Espanha, em 1974 e 1976, respectivamente. Há o que alguns analistas denominam de “mediterraneização” de um movimento político com ‘vocaçao universal’. A expansão, nos anos de 1970, aos países menos desenvolvidos da América Latina pode ser vista como mais um passo nesse sentido.

Há que destacar, segundo Cavalcanti, que as novas relações da Internacional Socialista com a América Latina não obedeceram só à necessidade de expansão do movimento político europeu, mas também a uma vontade de aproximação, por parte da América Latina. Cavalcanti refere ainda que, a melhor demonstração dessa vontade manifestou-se na “Reunião de Dirigentes Políticos da Europa e América em prol da Solidariedade Democrática Internacional”, realizada em Caracas, de 23 a 25 de Maio de 1976. Neste encontro, estiveram presentes os líderes europeus Willy Brandt, Mário Soares e Bruno Kreisky, e foram adoptadas várias resoluções, entre as quais, podemos destacar a Resolução n.º 13, através da qual se reconhece o importante papel dos partidos socialistas de Portugal e Espanha em prol do desaparecimento das respectivas ditaduras, e do estabelecimento de um sistema democrático pluralista nos seus respectivos países. “Esta resolução é uma ilustração da importância de Portugal e Espanha para as relações estabelecidas entre as forças políticas na América Latina e a Internacional Socialista” (Cavalcanti, 1984:27).

### 5. A figura internacional de Mário Soares

Não deve parecer uma mera coincidência, refere Cavalcanti (1984), o facto de que o PS português e o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) tenham sido forças fundamentais no estabelecimento de contactos entre a Internacional Socialista e as forças políticas na América Latina, interessadas na social-democracia ou no socialismo democrático. Como também não é coincidência que Mário Soares e Felipe González tenham sido importantes pontas de lança nas campanhas latino-americanas desta internacional política. As velhas relações culturais que provêm desde os tempos coloniais têm por certo o seu peso, começando pela identidade linguística (Cavalcanti, 1984:27).

Em Paris, conheci o Willy Brandt, que me convidou para penetrar na América Latina, onde os socialistas ainda não tinham conseguido entrar. Brandt propôs-me então entrar na direcção da revista *Nueva Sociedad*. Pagavam-me as viagens e a estadia que fossem necessárias para aquele continente. Entre 1968 e 1974, viajei para vários países: Chile, Argentina. Fui eu quem convenceu Raul Alfonsín, e aos governos do Uruguai, Peru, Equador, Colômbia, República Dominicana, a entrarem na Internacional Socialista (Soares, 2011)<sup>6</sup>.

Mário Soares chefiou a primeira delegação da Internacional a ser enviada à América Latina, de 15 a 25 de Março de 1978. Os destinos visitados incluíam o México, a República Dominicana<sup>7</sup>, Jamaica, Costa Rica e Venezuela. Durante as visitas, a delegação estabeleceu contacto com vários partidos políticos afins, do México, Chile, Peru, República Dominicana, Porto Rico, Jamaica, Costa Rica, El Salvador, Paraguai, Nicarágua, Guatemala, Venezuela, Argentina, Paraguai, Panamá, Brasil e Aruba. Nas palavras do próprio Mário Soares, “através destes contactos procuramos obter informações sobre o complexo sistema político da América Latina e afirmar a solidariedade da Internacional Socialista em relação aos partidos progressistas desta área” (Fundação Mário Soares, s/d :27).

<sup>6</sup> Mário Soares (Primeiro-ministro de Portugal entre 1976-1978 e 1983-1985, Presidente da República Portuguesa, de 1986 a 1996), em entrevista concedida a Nancy Gomes. Cfr. Nancy Gomes (2014). *A Política de Portugal para a Ibero-América, a partir de 1991*, Tese de Doutoramento.

<sup>7</sup> Mário Soares, contrariando as indicações do governo dominicano, participou numa caravana da delegação da Internacional Socialista e do PRD pelos bairros de Santo Domingo.

## 6. “A Declaração de Lisboa a Favor da Democracia na América Latina”

Na lista dos esforços da Internacional Socialista para enfrentar os problemas da América Latina e alargar a sua influência a nível mundial, merece destaque a “Conferência sobre Processos de Democratização na Península Ibérica e na América Latina”, realizada em Lisboa, de 29 de Setembro a 2 de Outubro de 1978, patrocinada pela Internacional Socialista, e organizada pelo PS português. Nela participaram líderes políticos de vários países da Europa, África e América Latina, incluindo algumas personalidades mundiais bem conhecidas como Willy Brandt e Bernt Wilmar Carlsson, e líderes de partidos socialistas nacionais como Mário Soares, Felipe Gonzalez e Bettino Craxi. Da América Latina, estiveram presentes, entre outros líderes, Brizola do Brasil, Rodrigues do Chile, Pena Gomes da República Dominicana, o poeta Cardenal da Nicarágua, e Odube, ex presidente de Costa Rica (Diário de Lisboa, 1978a e 1978b).

“A Declaração de Lisboa a favor da democracia na América Latina” que resultou deste encontro exprime claramente o apoio dos representantes do socialismo democrático europeu ao povo latino-americano «na sua luta para estabelecer regimes de liberdade, justiça social e democracia» e ressalta, entre outros aspectos, a importância de consolidar as instituições na península ibérica, pelos laços tradicionais que unem estes países às suas ex-colónias (Cavalcanti, 1979:106-108).

O papel desempenhado pelo Comité Directivo da Internacional Socialista na América Latina traduziu-se, por exemplo, em acções destinadas a facilitar o processo de transição democrática na República Dominicana, nomeadamente com o apoio à campanha eleitoral do candidato do Partido Revolucionário Dominicano, e o envio de observadores, nas eleições de 1978; envio de observadores, nas eleições de Guatemala, nesse mesmo ano; o apoio decidido à Frente Sandinista na guerra civil de Nicarágua; e a tentativa de mediar o conflito salvadorenho; factos de uma relevância histórica para a região, que explicam o interesse demonstrado por muitas das forças políticas, afiliadas ou não à Internacional política, a assistir e participar nos vários encontros realizados.

Quanto às principais motivações que levaram à expansão da Internacional Socialista na América Latina, Cavalcanti refere ainda, a existência de muitos interesses económicos, para além dos ideais políticos da “liberdade e os direitos humanos”. “Tal significa melhores oportunidades para a expansão das economias da Europa Ocidental e maiores garantias para os seus investimentos” (Cavalcanti, 1979:105). Boersner acrescenta, “movida (a social democracia europeia) pelo interesse regional de Europa Ocidental e os interesses nacionais dos seus países integrantes – interesse em ganhar influência na América Latina, África e Ásia, tendo em vista a obtenção de mercados e acesso à matéria-prima, sobretudo energética” (Boersner, 1996:250).

A actuação da Internacional Socialista gerou naturalmente conflitos com a política dos EUA para a América Latina. O choque de interesses será inevitável, sobretudo na região da América Central, claramente sob a influência política, social e económica das empresas transnacionais norte-americanas. Quando Mário Soares entrou no governo pela primeira vez, como ministro dos Negócios Estrangeiros, defendeu a necessidade de mudar radicalmente a política externa portuguesa, até então virada para os EUA e o Brasil: “Era necessário olhar para o resto da América Latina, com algumas excepções, o Chile de Pinochet e a Cuba de Fidel Castro”. Mário Soares tinha viajado clandestinamente para Cuba – durante um mês – e não gostara daquilo que tinha visto do novo regime. Naquela altura já considerara o Fidel “um dinossauro político”. Era necessário também olhar para a Espanha. “Portugal estava de costas para o seu vizinho. A Inglaterra teve

grande influência nesse sentido pois nunca olhou com bons olhos uma Espanha forte no continente” (Soares, 2011)<sup>8</sup>.

O que se verifica, não obstante o novo regime político ter manifestado a vontade de alterar a direção da política externa, e os objetivos terem sido efetivamente redefinidos, é que o Brasil continuará a estar em primeiro lugar nas prioridades portuguesas para a América Latina. A primeira visita oficial de Mário Soares foi à antiga colônia portuguesa. Na altura, estava no poder o ditador militar Ernesto Geisel. “Numa troca de palavras ambos concordámos em que apesar das diferenças – Geisel era visto como um «ditador» e eu como um «comunista» –, as relações entre Portugal e o Brasil transcendia-nos”. Geisel respondeu «sim, é assim». Para mim, qualquer regime que estivesse em Portugal manteria sempre boas relações com o Brasil” (Soares, 2011)<sup>9</sup>.

Com o fim da ditadura no país ibérico e a resolução da questão colonial, as relações entre Portugal e o Brasil, apesar dos diferentes regimes políticos, foram atenuadas. Os vínculos entre Portugal, Brasil e África foram reconfigurados, enquanto a emergência dos novos atores africanos alterava o âmbito da Comunidade Lusófona e conferia às relações luso-brasileiras uma importância acrescida. “Doravante, assumem uma dimensão multilateral que incorpora o espaço da lusofonia aos interesses bilaterais” (Carvalho, 2008).

### Considerações finais

Durante o período do Estado Novo, Portugal manteve essencialmente uma relação política com o Brasil, pela necessidade de reforçar o espaço da lusofonia, e com os EUA pela sua proximidade no âmbito da segurança transatlântica representada através da OTAN. No entanto, a oposição ao regime da ditadura de Salazar assumiu uma dimensão internacional que se reflectiu nos pedidos de asilo dirigidos a países como o Brasil, Argentina e Venezuela. No início dos anos 1960, quando se iniciaram os movimentos de libertação das colónias, Cuba exerceu uma forte presença no processo de oposição ao poder colonial português, inicialmente na Guiné Bissau e depois em Angola, mantendo a sua presença até 1974 e prosseguindo mesmo após a Revolução. Essa aproximação insere-se, estrategicamente, na corrida ao poder por parte das forças cubanas e soviéticas frente à influência americana na região, em pleno período de guerra fria. Em Novembro desse mesmo ano, foram reestabelecidas as relações diplomáticas entre os dois países pois uma forte atenção dirigida a Cuba por parte de responsáveis militares portugueses aproximou os dois países entre 1974 e 1977 através de diversos encontros com Fidel Castro, que havia já demonstrado grande interesse pela revolução Portuguesa.

O regime político português reflectiu, em momentos próprios, a forma como as diferentes potências tentaram dirigir os seus interesses, tanto nas ex-colónias portuguesas, como no sul da Europa. Após a Constituição de 1976, um novo rumo foi traçado: em 1978, o governo socialista, liderado por Mário Soares, com uma estratégia voltada para os países europeus e a transição do regime para uma democracia de tipo ocidental assim como a influência da Internacional Socialista, no sentido de pôr término às ditaduras

---

<sup>8</sup> Mário Soares (primeiro-ministro de Portugal entre 1976-1978 e 1983-1985, presidente da República Portuguesa, de 1986 a 1996), em entrevista concedida a Nancy Gomes. Cfr. Nancy Gomes (2014). *A Política de Portugal para a Ibero-América, a partir de 1991*, Tese de Doutoramento.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

latino-americanas, levaram ao afastamento dos dois países, tendo Portugal voltado a privilegiar a sua relação histórica com o Brasil.

### **Bibliografia**

ANDRADE, José Carlos Vieira de (1987). *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*. Coimbra: Almedina.

BOERSNER, Demetrio (1996). *Relaciones Internacionales de América Latina*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad. ISBN 980-317-092-9.

CARVALHO, Thiago Severiano Paiva de Almeida (2008). *Do lirismo ao pragmatismo: A dimensão multilateral das relações Luso-Brasileiras (1974 – 1976)*. Tese de mestrado [Em linha]. Lisboa: ISCTE, 2008. [Consult. em 1/12/2013]. Disponível em <http://bit.ly/190K08P>

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa (1979). “A Internacional Socialista vai à América Latina”, em *Revista crítica de Ciências Sociais* [Em linha]. Lisboa, n.º3, 11 pp. [Consult. em 7/8/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1fjcPKL>

- (1984). “La Internacional Socialista y América Latina”. Documento da biblioteca FLACSO-Santiago de Chile [Em linha]. n.º 26. [Consult. em 7/8/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1aQcuS0>

COSTA, Darc (2009). *Fundamento para o Estudo da Estratégia Nacional*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A. ISBN 978-85-7753-088-5.

DIÁRIO DE LISBOA (1978a). “Soares – Brandt – González – Craxi - Mitterrand: Internacional Socialista em força no Estoril”. *Diário de Lisboa* [Em linha]. 29/9/1978. Nacional, p. 6. [Consult. em 30/8/2013]. Disponível em <http://bit.ly/12Ufc4d>

- (1978b). “Conferência de Lisboa da IS. Resolução sobre a Nicarágua será tomada hoje pelos delegados”. *Diário de Lisboa* [Em linha]. 2/10/1978. Nacional, p. 2. [Consult. em 30/8/2013]. Disponível em <http://bit.ly/175y4dP>

FAFE, José Fernandes (2008). *Fidel*. Rio Tinto: Círculo de Leitores e temas e Debates. ISBN 978-972-759-997-4.

FONTES, Carlos (s/d). “Cuba-Portugal”, em *Lusotopia* [Em linha]. [Consult. em 20/11/2013]. Disponível em <http://www.filorbis.pt/lusotopia/indexOPCuba.html>

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES (s.d.). “Relatório Relativo à Deslocação de uma Delegação da Internacional Socialista à América Latina, de 15 a 25 de Março de 1978”. CasaComum.org [Em linha]. Arquivo. Documento. [Consult. em 1/9/2013]. Disponível em <http://bit.ly/17sYURs>

GLEIJESES, Piero (2004). *Misiones en Conflicto*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales. ISBN 959-06-0699-7.

GOMES, Nancy (2009). “Os portugueses na Venezuela”. *Relações Internacionais* (Nº 24). Lisboa: IPRI, pp. 83-92.

(2014). *A Política de Portugal para a Ibero-América, a partir de 1991*, Tese de Doutoramento. Repositório da FCSH / UNL. [Em linha]. [Consult. em 25/6/2016]. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/12339>

GONÇALVES, Williams da Silva (2003). *O Realismo da Fraternidade Brasil – Portugal*. Lisboa: ICS. ISBN 972-671-104-5.

JIMÉNEZ, Juan Carlos (2009). *España y Portugal en transición*. Madrid: Sílex Ediciones. ISBN 978-84-7737-225-7.

LOPES, J. Silva (1999). “Portugal e a transição para a democracia: que modelo económico?”. In Fernando Rosas (coord.) *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*. Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa: Edições Colibri, pp.171-184.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (s/d). Instituto Diplomático, Relações Diplomáticas de A a Z [Em linha]. [Consult. em 1/10/2013]. Disponível em <http://bit.ly/ITQ1bb>

RODRIGUES, Jorge Nascimento e DEVEZAS, Tessaleno (2009). *Portugal. O Pioneiro da Globalização. A Herança das Descobertas*. V. N. Famalicão: Centro Atlântico. ISBN 978-989-615-077-8.

ROSAS, Fernando (1994). “O Estado Novo (1926-1974)”. In José MATTOSO (Direcção), *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. VII Volume. ISBN 972-42-0916-4.

VALLADÃO, Alfredo G.A. (1999). “Portugal e as Américas”. *Estratégia* [Em linha]. Lisboa. Nº 12-13. IEEI. [Consult. em 01-10-2009]. Disponível em <http://bit.ly/1bZ9QsC>